CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255-20-44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 315/96

INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação

ASSUNTO: Inclusão de Língua Estrangeira Moderna no Currículo Escolar

RELATORA: Cons^a Marisa Philbert Lajolo

INDICACRO CEE Nº 06/96 - COMISSÃO ESPECIAL

APROVADO EM 12-06-96

1. PRESSUPOSTOS

Da simbologia bíblica da Torre de Babel, onde a multiplicidade de línguas costuma ser interpretada como maldição divina que impede a comunicação entre os homens, ao dom das línguas, privilégio daqueles sobre os quais desce o Espírito Santo, a questão das línguas está no horizonte da experiência humana, favorecendo uma vida menos ou mais rica de experiências.

Em épocas mais antigas, o latim enquanto língua culta e oficial do Ocidente abafava todas as demais. Emblema da relação íntima suposta existir entre linguagem e pensamento ao tempo da expansão da cristandade reflete-se, por exemplo, na discussão travada ao longo de diferentes Concílios, sobre a língua da colonização: *em que língua se processaria a colonização da América?*

Esta discussão de política lingüística acompanhou todo o processo português e espanhol de domínio de suas colônias ao sul do Equador, da mesma forma que hoje tantas minorias étnico-culturais de uma Europa recartografada vêm na retomada de suas línguas maternas o necessário traço de identificação cultural, do que serve de cristalino exemplo o Catalão que refloresce como língua oficial, após sua hibernação forçada na Espanha franquista.

Da mesma forma que, no âmbito social, define identidades coletivas, no âmbito do indivíduo o domínio da língua de sua comunidade e a prática eficiente dela em diferentes situações é sinal seguro de pertencer a uma ou outra faixa de cidadania, a um ou outro extrato social, como já sabiam e ensinavam teatrólogos e retóricos da antigüidade, que recomendavam reproduzir a fala dos servos diferentemente da dos senhores, e ambas diferentemente da dos deuses.

Assim, a antiqüíssima discussão das relações mantidas entre linguagem e pensamento, entre linguagem e identidade prossegue, nutrindo-se hoje em pesquisas que vão buscar no estudo do funcionamento das linguagens naturais os fundamentos mais instigantes para estudo da inteligência artificial, ao mesmo tempo que encontram, nos estudos do funcionamento do cérebro humano, a hipótese de que a capacidade de linguagem é dos aspectos que mais têm contribuído para o desenvolvimento da neurolingüística.

Assim, na perspectiva político-econômica do mundo contemporâneo globalizado, diferentes línguas constituem arena de disputa e de poder: como vimos, elas configuram espaço simbólico de afirmação de identidades nacionais, tanto mais visível quando a eleição/imposição de uma(s) delas como *língua comum* constitui um ato político tão sujeito à negociação e à infração, quanto, por exemplo, a negociação de fronteiras.

Assim, a *questão em que língua se fazem os negócios?* ecoa tanto na Europa globalizada, quanto entre os tigres do Oriente, quanto no Mercosul, quanto ainda no

conjunto das antigas repúblicas soviéticas. Esta pergunta, sem dúvida relevante para autoridades de governo e negociantes, não o é menor para educadores.

A questão de perguntas como *qual(l)(is) língua(s) expressa(m) nossa identidade de cultura mestiça de diferentes (i)migrações? Em que línguas se fazem os negócios dos quais precisamos participar?* repercute no campo da educação sugerindo que qualquer política de ensino, que se pretenda eficiente para a contemporaneidade, precisa contemplar a exigência do aprendizado de línguas como fator determinante de graus mais complexos de cidadania num mundo cada vez mais globalizado e, conseqüentemente, poliglota.

No caso específico do Brasil, nossa situação de nação periférica, descoberta e colonizada por Portugal, nação igualmente periférica, posto que europeia, faz com que seja muito antiga, na vida social e econômica, a necessidade do domínio de outras línguas. Já no século XVIII viajantes europeus que percorriam o território nacional assinalavam o domínio ou ignorância de outros idiomas chamados cultos como marca de distinção ou grosseria de autoridades e proprietários rurais.

O domínio de línguas estrangeiras constitui marca de distinção social, aliás, parece ter permitido que, na esteira da vinda da família real portuguesa para o Brasil, vários dos acompanhantes do príncipe encontrassem, no ensino de diferentes línguas vivas - sobretudo o francês - forma de sobrevivência honrada.

Da mesma maneira, a partir da proclamação da Independência e ao longo de todo o século XIX, o prestígio individual e social trazido pelo domínio de

línguas estrangeiras - ainda sobretudo o francês - registra-se na freqüência de anúncios de jornal que apregoam aulas particulares de diferentes idiomas e na freqüência com que a ficção literária apresenta o ensino de línguas estrangeiras como fonte de renda de pessoas (inclusive mulheres) apeadas da condição econômica da elite.

Assim, a partir da Independência e por todo o século XIX, praticamente todos os diferentes projetos propostos e implementados para a escola brasileira contemplavam a presença de línguas estrangeiras no currículo.

Pode-se, inclusive, dizer que a importância de que as línguas estrangeiras desfrutavam era de tal monta que, em diferentes momentos, educadores preocupados com a precariedade do manejo da língua nacional, sobretudo na modalidade escrita, atribuíam tal precariedade ao excessivo zelo com línguas estrangeiras. Em muitas críticas dos mesmos educadores o ensino de línguas estrangeiras parecia fornecer, também, matriz da metodologia de ensino para qualquer língua o que, transposto para o ensino do vernáculo, tinha desastrosos resultados.

O tempo foi amainando a xenofobia, às vezes virando-a pelo avesso: o caso é que o prestígio das línguas estrangeiras permanece vivo hoje e o poliglotismo cresce de importância num mundo econômica e culturalmente globalizado, onde as notas mais estridentes de discursos nacionalistas, que ainda repontam em diferentes pontos, acabam rendendo-se à materialidade dos fatos econômicos e culturais.

Conseqüentemente, o ensino de línguas é uma necessidade e a qualidade deste ensino, avaliada através de seus resultados, uma exigência diretamente proporcional à vontade de inserção do país na modernidade globalizada.

É com tais pressupostos que o Conselho Estadual de Educação faz as considerações e propostas abaixo elencadas:

2. CONSIDERAÇÕES E PROPOSTAS

1) É acertada a obrigatoriedade de ensino de, no mínimo, uma língua estrangeira viva, a partir da 5ª série do 1º grau e ao longo de pelo menos seis anos de escolaridade;

2) É altamente desejável que a partir da 7ª série do 1º grau e ao longo de pelo menos quatro anos da escolaridade remanescente, a escola ofereça a sua clientela a opção de uma segunda língua estrangeira viva;

3) É altamente desejável que a partir da 1ª série do 2º grau e ao longo de pelo menos dois anos da escolaridade remanescente, a escola ofereça a sua clientela a opção de uma terceira língua natural, viva ou morta;

4) É acertado deixar a critério do estabelecimento de ensino a opção pelas línguas, recomendando-se, no entanto, que na escolha destas línguas se levem em conta tanto necessidades sócio-culturais de um mundo globalizado, como os anseios culturais específicos da comunidade na qual se insere a escola. Estes anseios muitas vezes - aliás, quase sempre no caso de comunidades com alto índice de imigrantes - falam em favor da inclusão da língua da nação de origem dos imigrados;

4.1) Neste sentido, é preocupante e merece toda a atenção dos órgãos competentes, legislação recente do município de São Paulo que, tornando obrigatória a inclusão da língua espanhola no currículo (*Lei nº 11.832 de 28-06-95*), de antemão cerceia a autonomia da escola na montagem de um currículo de línguas que melhor atenda aos interesses de sua clientela.

5) é desejável que o ensino de línguas estrangeiras estabeleça como objetivo prioritário o acesso às culturas que têm tal língua como veículo, fazendo convergir para este objetivo todas as estratégias didáticas e pedagógicas disponíveis, bem como subordinando a ele a aquisição de todas as demais competências lingüísticas, tais como conhecimento gramatical do idioma, *performance* escrita, desenvoltura verbal, etc.

6) É desejável que, através de uma instância para isto instituída, sejam estabelecidas todas as parcerias possíveis - sobretudo no caso da escola pública - de forma a recompensar a qualidade dos resultados do ensino de uma língua estrangeira;

6.1) Entre estas parcerias destacam-se as estabelecidas com diferentes embaixadas e consulados que, através de seus respectivos adidos culturais, têm condições tanto de qualificar o ensino de diferentes idiomas, como de recompensar sua qualidade;

6.2) Tais parcerias podem, com sucesso, contemplar diferentes agentes e produtores culturais, sobretudo daquelas atividades beneficiadas por um mais largo domínio de línguas estrangeiras.

7) é desejável que o Conselho Estadual de Educação, como forma de preparar-se e preparar outras instâncias centrais da educação paulista para uma deliberação a médio prazo sobre a política do ensino de línguas no sistema escolar de São Paulo, encontre formas de incentivar experiências-piloto no espírito da presente Indicação, de forma que a avaliação de seus resultados forneça balizas de objetividade e rigor a decisões e deliberações futuras.

8) é, finalmente, fundamental que a discussão sobre o currículo de línguas do ensino paulista envolva, desde já, as universidades pelas modificações que alterações no currículo de 1º e 2º Grau podem trazer para a demanda de professores licenciados em diferentes línguas, bem como para as matérias passíveis de serem incluídas nos exames vestibulares.

São Paulo, 15 de maio de 1996

a) Cons^a Marisa Philbert Lajolo
Relatora

DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

A COMISSÃO ESPECIAL que trata da Inclusão de Língua Estrangeira Moderna no Currículo Escolar, adota como sua Indicação, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Eraldo Aurélio Franzese, Eliana Asche, Marisa Philbert Lajolo, Pedro Salomão José Kassab e o ex-Conselheiro Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 22 de maio de 1996

***a) Cons. Pedro Salomão José Kassab
Presidente da Comissão Especial***

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Indicação.

O Conselheiro José Mário Pires Azanha votou favoravelmente, com restrições, nos termos de sua Declaração de Voto.

Os Conselheiros: João Gualberto de Carvalho Meneses, Marilena Rissutto Malvezzi, André Alvino Guimarães Caetano e Luiz Roberto Dante votaram favoravelmente, nos termos de suas Declarações de Voto.

O Conselheiro André Alvino Guimarães Caetano subscreveu a Declaração de Voto da Conselheira Marilena Rissutto Malvezzi.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de junho de 1996.

a) CONS. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto com restrições ao item 4.1 da Indicação proposta, não obstante a considere, de modo genérico, importante diretriz para o ensino de língua estrangeira no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

A referência de que se deve deixar a critério do estabelecimento de ensino a opção pelas línguas, que pode ser aceita como princípio geral, deve merecer reparos quanto à sua exequibilidade. Em contra partida, considerar a Lei Municipal de São Paulo (Lei nº 11.832, de 28/6/95) que tornou obrigatória a inclusão da língua espanhola no currículo das escolas municipais de São Paulo, como cerceadora da autonomia da escola na montagem de um currículo de línguas, é inoportuno e equivocado. Inoportuno por se tratar de caso específico, dentro dos dispositivos que estabelecem diretrizes gerais. Equivocado, por desconhecer a situação peculiar da cidade de São Paulo, dentro do contexto social, cultural e econômico da América do Sul; basta lembrar o MERCOSUL, acordo de países da América Latina, de amplos objetivos, além dos econômicos, mais comentados. Procura-se instalar, brevemente, o Parlamento Latino-Americano e a cidade de São Paulo é candidato natural a essa localização, centro do maior complexo institucional e comercial da América do Sul. Do ponto de vista exclusivamente pedagógico, deve-se registrar que a aplicação do disposto restringe-se às 7ª e 8ª séries do 1º Grau, sem prejuízo de outras línguas ou disciplinas.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

DECLARAÇÃO DE VOTO

Embora favorável à idéia geral da Indicação, entendo que o item 8, que se refere aos vestibulares, deve ser motivo de amplo e profundo debate nas universidades, tendo em vista os vieses ocasionados quando da classificação dos candidatos, onde a língua estrangeira tem sido considerada um verdadeiro filtro social e, portanto, um instrumento de elitização da universidade pública.

a) Cons. Luiz Roberto Dante

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto favoravelmente com as seguintes restrições: os itens 1, 2 e 3 dispõem sobre matéria que deveria ser objeto de deliberação específica referente a currículos de ensino fundamental e médio. O item 8 diverge do próprio espírito da Indicação ao fazer referência a eventuais necessidades de novas licenciaturas e a eventuais novas exigências de exames vestibulares. Os dois assuntos são da economia interna das universidades.

a) Cons. José Mário Pires Azanha

DECLARAÇÃO DE VOTO

A presença de pelo menos uma língua estrangeira moderna, como um dos conteúdos do ensino de 1º e 2º Graus, objetiva somar experiências fundamentais ao currículo escolar do aluno.

O processo de ensino desse conteúdo pode adquirir características programáticas e instrumentais e com isso fazer o acesso e o aprendizado de uma língua estrangeira, a passagem necessária para outros conteúdos e atividades que, necessariamente, não tenham conexão com os conteúdos curriculares daqueles graus de ensino.

Entretanto, como conteúdo integrado aos objetivos curriculares, esse processo necessita necessariamente adquirir características formadoras e globalizadoras, vindo traduzir a partir dele o acesso a diferentes culturas, à melhor apreensão da cultura da qual participa efetivamente o aluno.

Desse modo, considero que da Indicação CEE nº 06/96 - "Inclusão de Língua Estrangeira Moderna no Currículo Escolar", o sub-item 6.2 pode vir a favorecer experiências mais programáticas e instrumentais do que curriculares propriamente ditas.

E, se de um lado poderá contribuir para a melhoria do aprendizado de uma determinada língua, de outro, poderá enfraquecer, se não eliminar, a presença desse conteúdo como mais um elemento para a formação integral da criança e do adolescente.

a) Cons^a Marilena Rissuto Malvezzi

Subscrita pelo Cons. André Alvino Guimarães Caetano